



GEOSABERES: Revista de Estudos
Geoeducacionais
ISSN: 2178-0463
fabiomoria@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

O ENSINO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM GEOGRAFIA: PROPOSIÇÕES PARA A SALA DE AULA

DOS SANTOS MARQUES, ANA CAROLINA; LOPES FONSECA, RICARDO

O ENSINO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM GEOGRAFIA: PROPOSIÇÕES PARA A SALA DE AULA

GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 11, 2020

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552861694028>

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.843>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

O ENSINO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM GEOGRAFIA: PROPOSIÇÕES PARA A SALA DE AULA

ANA CAROLINA DOS SANTOS MARQUES
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
(FCT/UNESP), Brasil
anaaa0@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.843>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552861694028>

RICARDO LOPES FONSECA
Universidade Estadual de Londrina, Brasil
ricardolopesfonseca@hotmail.com

Recepção: 26 Agosto 2019
Aprovação: 23 Abril 2020
Publicado: 23 Abril 2020

RESUMO:

O racismo é um fenômeno que estrutura a vida da população negra. À medida que se materializa no espaço geográfico, ele segrega os(as) negros(as) e restringe suas espacialidades. A escola se evidencia como uma instituição que possui grandes contribuições na luta pela superação do racismo, assim como o ensino de Geografia que pode proporcionar uma educação que contemple de forma positiva o povo negro. Nesse sentido, a pesquisa objetiva sugerir proposições pedagógicas que oferecem caminhos de como a questão racial pode ser discutida nas aulas de Geografia. As proposições foram elaboradas com base nas Diretrizes Curriculares da Educação (DCE) Básica do Paraná e no modelo didático proposto por Gasparin (2011). Espera-se fomentar o debate das questões raciais no ensino de Geografia e contribuir para um ensino de Geografia que incorpore a Lei 10.639/03 em seu currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia, Racismo, Lei 10, 639/03.

ABSTRACT:

Racism is a phenomenon that structures the life of the black population. As it materializes in geographical space, it segregates blacks and restricts their spatialities. The school stands out as an institution that has great contributions in the struggle to overcome racism, as well as the teaching of Geography that can provide an education that contemplates in a positive way the black people. In this sense, the research aims to suggest pedagogical propositions that offer ways of how the racial question can be discussed in Geography classes. The propositions were elaborated based on the Curricular Directives of Education (DCE) Basic of Paraná and in didactic model proposed by Gasparin (2011). It is hoped to foment the debate of the racial questions in the teaching of Geography and to contribute to a teaching of Geography that incorporates the Law 10.639/03 in its curriculum.

KEYWORDS: Teaching of Geography, Racism, Law 10, 639/03.

RESUMEN:

El racismo es un fenómeno que estructura la vida de la población negra. A medida que se materializa en el espacio geográfico, segrega a los negros y restringe sus espacialidades. La escuela se evidencia como una institución que tiene grandes contribuciones en la lucha por la superación del racismo, así como la enseñanza de Geografía que puede proporcionar una educación que contemple de forma positiva al pueblo negro. En ese sentido, la investigación objetiva sugerir proposiciones pedagógicas que ofrecen caminos de cómo la cuestión racial puede ser discutida en las clases de Geografía. Las proposiciones fueron elaboradas con base en las Directrices Curriculares de la Educación (DCE) Básica de Paraná y en el modelo didáctico propuesto por Gasparin (2011). Se espera fomentar el debate de las cuestiones raciales en la enseñanza de Geografía y contribuir a una enseñanza de Geografía que incorpore la Ley 10.639/03 en su currículo.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de Geografía, Racismo, Ley 10, 639/03.

INTRODUÇÃO

O racismo é um fenômeno extremamente prejudicial à população negra e se manifesta no espaço geográfico, segregando-os(as) e os(as) condicionando a estabelecer determinadas espacialidades que se diferem de outros grupos, como a população branca. O racismo brasileiro é institucional e dessa forma, ocorre nas instituições da sociedade por meio de mecanismos velados que consolidam as desigualdades raciais e socioeconômicas. Uma das instituições em que essa forma de racismo se manifesta são as escolas.

Historicamente a população negra foi excluída dos processos de ensino e, essa exclusão, contribuiu para a manutenção das assimetrias existentes, como por exemplo, os(as) negros(as) receberem menores salários que brancos(as) e serem a maioria dos(as) analfabetos(as) existentes.

A educação se evidencia como uma ferramenta essencial que pode auxiliar na superação do racismo por meio de uma formação que não reforce discursos e ações racistas e preconceituosas, possibilitando a construção de um imaginário positivo a respeito da população negra e incentivando os(as) estudantes negros(as) a assumirem suas identidades.

Nesse sentido, a Geografia é uma das disciplinas que pode proporcionar aulas que viabilizem a reflexão acerca da valorização e respeito com a população negra, destacando suas vivências e trajetórias de vida que são diretamente relacionados ao racismo. A partir da materialização do racismo no espaço geográfico, a população negra estabelece espacialidades marginalizadas e restritas a poucos locais – como por exemplo, casa e trabalho –, possuindo assim, trajetórias diferenciadas dos outros grupos sociais, sendo fundamental as aulas de Geografia abordarem essa temática.

A partir desses pressupostos, evidencia-se como fundamental a discussão racial nas aulas de Geografia e na educação como um todo, sendo que a Lei 10.639/03 institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira de forma positiva. Dessa forma, a pesquisa objetiva sugerir proposições pedagógicas que oferecem caminhos de como ensinar essa temática nas aulas de Geografia, buscando contribuir efetivamente para a realização dessas discussões.

Os planos de aula foram elaborados com base nas Diretrizes Curriculares da Educação (DCE) Básica do Paraná, em função do documento orientar o planejamento curricular das escolas paranaenses, estruturando o processo de ensino. O modelo didático adotado foi proposto por Gasparin (2011), que se baseia em uma perspectiva histórico-crítica. A escolha desse modelo deve-se ao fato de que as escolas públicas do Paraná adotam a Pedagogia Histórico-Crítica como prática norteadora do ensino.

É importante ressaltar que os planos não foram aplicados em sala de aula, são apenas proposições que buscam contemplar a população negra nos processos de ensino e auxiliar os(as) professores(as) em suas aulas, além de poderem ser adequados à demanda existente no contexto escolar. Espera-se que a partir de uma prática crítica, reflexiva e libertadora, os(as) estudantes compreendam as temáticas relacionadas a população negra e entendam que a organização do espaço geográfico a partir da raça não é mera coincidência.

A QUESTÃO RACIAL MATERIALIZADA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A questão racial pode ser identificada como o debate dos temas relacionados ao racismo e a população negra, como por exemplo, preconceito, estereótipo, discriminação racial, violência, vulnerabilidade social, exclusão social e racial. As discussões relacionadas à essas temáticas destacam-se como imprescindíveis a medida que a população negra brasileira vivencia contextos permeados por desigualdades raciais e socioeconômicas.

O racismo é uma ideologia que acredita na hierarquia entre os grupos humanos, não sendo uma prática recente, ele surgiu no século XV como fruto da ciência europeia que objetivava dominar a América, Ásia e África e foi se consolidando ao longo da história, adquirindo até mesmo status científico no século XIX (SANT'ANA, 2005).

No Brasil o racismo está associado à escravização da população negra e se consolidou após a abolição desta em 1888 por meio de mecanismos institucionais que foram utilizados para segregar esse grupo. As discrepâncias socioeconômicas e raciais foram fortalecidas à medida que os(as) negros(as) foram libertos(as) sem garantia de nenhum mecanismo de inclusão na sociedade, sendo obrigados(as) a buscar moradias nas periferias das cidades desprovidas de infraestrutura e aceitar trabalhos subjugados ou então sobreviver por meio do mercado de trabalho informal.

Na realidade brasileira foram criados uma série de mecanismos institucionais que consolidam o racismo e colocam a população negra em posições inferiores tornando extremamente difícil a saída desta condição e melhora da qualidade de vida. Assim, esse racismo ocorre de uma forma velada, não por meio de discriminações explícitas, mas sim de ações em instituições do mercado de trabalho, da educação e do governo, ou seja, é o racismo institucional incidindo sobre a pessoa negra.

Os dados brasileiros a respeito da educação evidenciam a materialização do racismo institucional no ensino. De acordo com a pesquisa “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” referente ao ano de 2018, a taxa de analfabetismo era de 3,9% entre brancos(as) e de 9,1% entre negros(as). A taxa de conclusão do ensino médio é menor entre a população negra, 61,8%, se comparado à da população branca, 76,8%. Pela primeira vez na história, os(as) negros(as) são maioria nas universidades públicas, equivalendo a 50,3%, enquanto brancos(as) correspondem à 49,7%. Apesar desse avanço, essa população ainda possui menor taxa de ingresso no Ensino Superior, 78,8% de jovens brancos(as) entre 18 e 24 anos estão nas instituições, comparado a 55,6% de jovens negros(as), ou seja, a população negra continua subrepresentada (IBGE, 2019).

A população negra não está equiparada à população branca no ensino brasileiro e este problema é decorrente de que historicamente, a educação de qualidade foi um direito negado aos(as) negros(as). Para compreender esse cenário, é importante entender como ao longo da história eles(as) foram excluídos do processo de ensino, acumulando desigualdades sociais e raciais.

No período escravocrata, por exemplo, os(as) escravizados(as) eram impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar as escolas existentes e apenas os escravizados de fazendas comandadas por padres jesuítas tinham o direito à instrução, mas por um alto preço, a educação jesuíta aculturava-os, moldando seu comportamento social e ensinando somente a visão cristã do mundo (GONÇALVES; SILVA, 2000).

No que tange ao século XIX, algumas políticas foram criadas pelo Estado. De acordo com Gonçalves e Silva (2000), após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1981), o governo por meio do Ministério da Agricultura passou a destinar recursos para estabelecimentos públicos – orfanatos – com o intuito de atender à educação de ingênuos e libertos. Porém, os proprietários de escravizados(as) nunca entregaram as crianças ao Estado e, também, não as educaram.

Após a abolição, a vida da população negra foi marcada pelo abandono, nenhum tipo de política pública foi criada para inserção dos(as) negros(as) na sociedade, consolidando a discrepância social e racial no Brasil. Esse passado escravista refletiu diretamente em suas experiências educacionais no início do século XX. Crianças negras foram afastadas dos bancos escolares e levadas a atividades remuneradas para auxiliar na renda familiar. Neste período, a educação dos homens negros quando acontecia, era em sua maioria na idade adulta e as mulheres eram encaminhadas para orfanatos, onde recebiam preparo para trabalho como empregada doméstica ou costureira, também as afastando da educação formal. Muitas famílias abastadas adotavam essas mulheres para que fossem empregadas domésticas não remuneradas em suas casas (GONÇALVES; SILVA, 2000). Em suma, a necessidade de trabalhar era um dos fatores que afastava a população negra das escolas brasileiras.

A partir dos anos de 1920, reformas educacionais começam a ser realizadas e as crianças negras passam a frequentar as escolas, porém de uma maneira extremamente excludente, tendo em vista, que essa educação foi marcada pelas teorias eugenistas que objetivavam branquear a população negra, expondo as crianças à uma série de procedimentos que internalizava o sentimento de inferioridade. Negros(as) eram tidos como degenerados(as) e de acordo com D’avila (2006), a escola se tornou um laboratório eugênico controlado

por médicos(as), nutricionistas, psicólogos(as), higienistas e educadores(as) que se uniram buscando o branqueamento comportamental. A escola era uma instituição que consolidava o racismo, propagava essa ideologia e excluía os(as) estudantes com base em sua raça.

Neste cenário em que o Estado foi falho com a população negra, emergem os primeiros movimentos de protestos dos(as) negros(as) que lutavam contra a subordinação social, como por exemplo, a Frente Negra Brasileira. Gonçalves e Silva (2000) ressaltam que os movimentos negros passaram a oferecer escolas visando alfabetizar os(as) adultos(as) e promover uma formação mais completa para as crianças negras. Neste sentido, os avanços relacionados a educação da população negra foram proporcionados, sobretudo, pelos movimentos sociais dos negros que se configuraram como ambientes educativos:

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial, as lições repassadas na imprensa negra sobre “boas maneiras”, o estímulo ao desenvolvimento de práticas culturais de origem africana, a luta pela inclusão de temas específicos dos afrodescendentes na escola comum, a luta em torno de aglutinar os afrodescendentes em uma identidade negra positiva, os cursos de atualização, os cursos de alfabetização, os cursos de música, de inglês, de educação física, de artes, corte costura, as palestras, os seminários, [que] são exemplos de práticas vinculadas à ação organizada dos negros que caracterizam uma história da educação que, embora ausente nos relatos oficiais da história da educação brasileira, evidencia que mesmo à margem da cidadania os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência (CRUZ, 2005, p. 11).

Os movimentos sociais negros, objetivavam combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra. Neste âmbito, o direito à educação se tornou uma de suas principais bandeiras. A educação sempre foi vista como forma de ascensão da população negra e superação do racismo, possibilitando sua equiparação com os brancos e o acesso a oportunidades iguais no mercado de trabalho (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Dentre os principais avanços conquistados pelo movimento negro, que pressionou o Estado buscando políticas públicas que valorizassem essa população, estão a Lei 10.639/03 – abordada no próximo item – e a política de ações afirmativas. Uma das ações afirmativas mais importantes foi a instauração da política de cotas raciais no ensino superior brasileiro, que proporcionou aos(as) negros(as) adentrarem na universidade e terem maiores chances de mudar suas condições de vida e de sua família.

Em suma, constatamos que as oportunidades no acesso a uma educação de qualidade foram escassas e desiguais para a população negra, aprofundando as desigualdades, exclusões e segregações que vivenciam cotidianamente. Nas últimas décadas alguns avanços foram conquistados por meio de reivindicação e luta das entidades negras, porém é importante ter em mente que diversas outras políticas públicas na educação e na sociedade como um todo precisam ser criadas. Esse cenário evidencia a urgência da superação do racismo e da luta antirracista, sendo que a escola é uma das instituições que tem muito a contribuir nisso.

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA E DA GEOGRAFIA NA SUPERAÇÃO DO RACISMO

A escola foi e, em partes, ainda é, uma instituição que fortaleceu historicamente o racismo. Ela é um dos espaços que mais interfere na construção da identidade negra dos(as) estudantes: “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las” (GOMES, 2002, p. 39).

Neste sentido, é fundamental que a escola valorize a cultura negra e proporcione aos(as) estudantes negros(as) o sentimento de orgulho de sua origem, da história de seu povo e de sua raça. A superação do racismo se expressa como imprescindível e a comunidade escolar como um todo precisa ter o compromisso pedagógico e social de trabalhar as questões raciais de forma positiva.

Gomes (2002) aponta que a estrutura escolar exclui os(as) estudantes negros(as). Há uma série de estigmas que são produzidos e reproduzidos a respeito do povo negro que os(as) fazem se sentir menos capazes e até mesmo fracassados(as). A população negra e sua vivência é abordada nas escolas, porém majoritariamente

associada a escravidão. Raramente é dada ênfase às inúmeras contribuições dos(as) negros(as) e os(as) estudantes passam a vê-los(as) somente como escravizados(as), a considerar que o racismo ficou no passado e que na sociedade brasileira todos(as) são tratados(as) de forma igual.

Os(as) professores(as) precisam desnaturalizar as desigualdades raciais e sociais e ensinar aos(as) estudantes que o atual contexto é reflexo de um processo histórico, político, econômico, social e cultural que consolidou as diferenças, que aprofundou o racismo e que institucionalizou diversos mecanismos que impediram os(as) negros(as) de ascender social e economicamente.

Essa instituição recebe os(as) estudantes desde pequenos(as), é um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento que tem o dever de ensinar dentre outros aspectos o respeito a diversidade étnico-cultural e a cidadania. Ela participa ativamente da constituição individual dos(as) estudantes e não pode contribuir para disseminação de ideias racistas, preconceituosas e discriminatórias. Faz-se fundamental que a escola discuta o racismo e as contribuições que a população negra possui na construção da sociedade brasileira, contribuição esta realizada sobre muito sofrimento, mortes, sangue e escravização, mas acima tudo de luta e resistência.

Os(as) estudantes precisam conhecer o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira para que não reproduzam práticas e discursos discriminatórios, consolidando ainda mais o racismo, o preconceito e a discriminação racial. Ao trabalhar as contribuições da população negra, o(a) estudante negro(a) reconhece as realizações de seus antepassados, sua força e importância, orgulhando-se de ser negro(a).

Gomes (2005) aponta que a escola só conseguirá avançar na relação entre saberes escolares, realidade social e diversidade étnico-racial quando os(as) professores(as) compreenderem que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais e que todos esses aspectos devem ser contemplados nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, é imprescindível que os(as) professores(as) conheçam a questão racial e saibam como abordá-la em sala de aula, tarefa que exige conhecimento, respeito, interesse e empatia. A questão racial deve ser uma temática abordada no processo de formação de professores(as), o conhecimento histórico e conceitual desse tema “[...] poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola” (GOMES, 2005, p. 148).

Neste sentido, Glass (2012) destaca que a educação deve ter um comprometimento sério e estratégico de transformar vidas e a sociedade em geral, eliminando o racismo. A finalidade da educação racialmente crítica e antirracista não é identificar e indicar o racismo, mas permitir que cada pessoa assuma a responsabilidade para a transformação da ordem racial. O objetivo, de acordo com o autor, é construir uma comunidade dentro da qual o diálogo a ação racialmente crítica e antirracista prosperem, porque eles não se referem à culpa, mas a estabelecer o respeito, a oportunidade a uma democracia justa. É necessário ser responsável e incorporar uma resposta sincera à dificuldade dos(as) menos afortunados(as) devido às tradições de supremacia racial e, também incluir um esforço comprometido para mudar tudo o que estiver ao seu alcance.

Tendo em vista a importância dos(as) professores(as) na discussão racial nas escolas, Gomes (2002) elenca alguns passos a serem dados e que podem auxiliar na superação do racismo, como por exemplo: compreender a complexidade da construção da identidade negra; pensar em uma pedagogia da diversidade; questionar o silenciamento da temática racial historicamente nas escolas; construir novos materiais, debates e diálogos com os grupos culturais de tradição africana.

Dessa forma, uma das ações criadas – a partir da pressão do movimento negro – para auxiliar na ressignificação das práticas pedagógicas nas escolas e nas discussões que contemplem negros(as) em todos os sentidos foi a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. A lei institui que os conteúdos programáticos das disciplinas devem incluir a luta do povo negro no Brasil, sua cultura e importância na formação da sociedade (BRASIL, 2003).

Todas as disciplinas escolares devem adequar seus currículos a Lei 10.639/03 objetivando promover conteúdos relacionados a população negra de forma positiva. É fundamental apontar que o povo negro está presente na sociedade e que é alvo de práticas racistas cotidianamente, que resistem à exclusão social e buscam condições de equidade em oportunidades para melhoria de sua vida e superação do racismo.

Oliveira e Cunha Júnior (2012) destacam que durante muito tempo as temáticas referentes às populações negras na escola foram silenciadas, com o argumento de que “aqui não há racismo”. A Lei 10.639/03 representa um marco na busca por uma educação antirracista, ela rompe com uma série de mecanismos discriminatórios que foram promovidos pela escola ao longo da história, sendo que não possui o intuito de mudar o foco eurocêntrico para outro africano, mas o de ampliar as discussões da diversidade cultural, racial, social e econômica em sala de aula (OLIVEIRA; CUNHA JÚNIOR, 2012).

No que diz respeito a questão racial, é importante indicar por que o racismo existe, como foi criado, por quem e para quem. O(a) professor(a) pode apontar que esta ideologia é antiga e que foi criada e consolidada devido a influência de sujeitos que a utilizaram a seu favor buscando obter lucros e domínios por meio da inferiorização, aculturação e mortes de muitos(as) negros(as). Os(as) estudantes precisam entender quais os interesses que permeiam o racismo e quem é beneficiado com esta ideologia para compreender que ela não é válida e que foi e ainda é extremamente perversa para a população negra.

Nesse sentido, a Geografia é uma das disciplinas com grande potencial para contribuir para o entendimento da questão racial, tendo em vista que o racismo é um fenômeno que se manifesta espacialmente, é importante apontar as espacialidades das desigualdades raciais e socioeconômicas que restringem a população negra geralmente às periferias da cidade, evidenciando-se que a disposição dos objetos e sujeitos não é fruto de uma simples coincidência. A partir disso, os(as) estudantes podem compreender que a discriminação racial existe e que não é uma escolha da população negra, mas sim, consequência de um processo histórico. Esse exercício pode abrir espaço para um ensino ressignificado e positivo para os(as) estudantes em geral que poderão aprender acerca de contribuições da população negra na construção do país.

Cavalcanti (1998) ressalta que a função da Geografia está ligada à capacidade que os sujeitos precisam ter de ler e analisar criticamente o espaço geográfico compreendendo as intenções, tensões e contradições presentes e qual seu papel na prática cotidiana, possibilitando desta forma, uma inserção efetiva e reflexiva neste espaço. É importante que os estudantes conheçam o mundo em que vivem, se localizem e representem linguisticamente e graficamente, construindo uma consciência espacial. A Geografia deve “[...] prover bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreender a realidade sob o ponto de vista da espacialidade” (CAVALCANTI, 1998, p. 11).

O cotidiano dos(as) estudantes é repleto de Geografia e ao compreender os conteúdos, seu olhar para o espaço vivenciado nunca mais será o mesmo, no caminho até a escola por exemplo, será possível identificar diversos conteúdos apreendidos em sala de aula. Portanto, a Geografia proporciona ao(a) estudante exercer sua cidadania e criticidade, atuando efetivamente sobre a realidade a partir do momento em que a conhece e se reconhece nela como sujeito social. Ele(a) tem a possibilidade construir conscientemente o espaço geográfico e perceber todos os interesses refletidos em suas formas, conteúdos e dinâmicas.

Tendo em vista suas potencialidades, é fundamental que a Geografia trabalhe temáticas atuais e que são importantes para o entendimento da atual configuração sócio-espacial da sociedade, sendo a questão racial uma dessas temáticas. A combinação entre raça e classe, determinam onde a população negra irá morar, a quais espaços da cidade terão acesso e como suas relações sociais acontecerão. Portanto, a questão racial é um fenômeno geográfico à medida que se manifesta espacialmente, organizando o espaço geográfico com base nas ideologias do grupo dominante.

Anjos (2005) destaca que a Geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis aos estudantes, explicando-lhes as transformações territoriais e a diversidade cultural brasileira em um contexto geográfico. Geralmente, a participação da população negra na construção

do território não é reconhecida, as influências destacadas comumente são apenas dos imigrantes europeus, como portugueses, espanhóis e holandeses:

Dessa maneira, configura-se uma necessidade de recuperação e resgate dos fragmentos de informações e referências que possam permitir a construção de um perfil das culturas africanas e do negro brasileiro na estruturação territorial e no desenvolvimento do Brasil. Nesta direção, estabelecer e reconhecer outras perspectivas para uma compreensão do tráfico, da escravidão e da diáspora africana como elementos formadores da configuração do mundo contemporâneo, constitui pressuposto básico para traçar um contexto mais adequado do papel das culturas negras na configuração espacial do território e do povo brasileiro. Preconizamos que essas questões estruturais são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no país (ANJOS, 2005, p. 167).

O ensino dos conteúdos relacionados a constituição e desenvolvimento do território brasileiro é dominado por uma visão eurocêntrica em que os estudantes são incentivados a reconhecer o avanço que a civilização europeia trouxe para o Brasil e a desconhecer as contribuições que os(as) africanos(as) proporcionaram ao país, ações que foram muito mais significativas considerando que foram construídas com base na mão de obra africana retirada de suas terras e escravizada.

Faz-se fundamental que o(a) professor(a) não restrinja a abordagem dos conteúdos relacionados à questão racial apenas nos períodos que for explicar o continente africano ou escravidão brasileira ou nas semanas culturais. Faz-se importante inserir esses conteúdos sempre que for possível. Diversos elementos da Geografia possibilitam a inclusão da questão racial, como por exemplo temas relacionados ao espaço urbano e a segregação sócio-espacial evidenciando os locais em que a população negra reside e em quais condições ou relacionados à cultura da população negra destacando as influências africanas que se tem no país e as comunidades remanescentes de quilombos.

O(a) professor(a) pode apontar, explicar e contextualizar onde estão os(as) negros(as) brasileiros(as), em quais condições vivem, onde trabalham e quais as motivações e interesses que permeiam a organização da sociedade baseada na classe social e na cor. Assim, por meio da educação e do ensino de Geografia que incorporem a questão racial é possível ensinar os(as) estudantes a respeito da população negra e da configuração histórica do país, contribuindo para que reconheçam e valorizem essa população. Com base nisso, a Lei 10.639/03 pode ser efetivada, auxiliando na superação da discriminação racial, do preconceito e do racismo.

Nesse sentido, a partir da compreensão das potencialidades do ensino de Geografia na discussão racial, proposições pedagógicas foram construídas e são sugeridas para que a Lei 10.639/03 seja executada, resultando em um ensino de Geografia que contribua para a luta antirracista.

PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES RACIAIS NAS AULAS DE GEOGRAFIA

A partir da necessidade da discussão racial em sala de aula e da implementação da Lei 10.639/03, proposições didáticas foram sugeridas. O Quadro 1 apresenta os conteúdos básicos e avaliação selecionados para serem discutidos em cada nível escolar. Há uma série de temas propostos pelas DCE e o(a) professor(a) pode escolher o assunto de acordo com o período do ano e os conteúdos que estão sendo ensinados. É importante que o(a) professor(a) tenha autonomia e compreenda que os planos de aulas são sugestões que devem ser adequadas à realidade de cada contexto escolar.

Quadro 1 – Conteúdos básicos e avaliação estabelecidos pelas DCE do Paraná e selecionados para sugestão de proposições pedagógicas

NÍVEL	CONTEÚDO BÁSICO	AValiação
6º ANO	A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.	Identifique as manifestações espaciais dos diferentes grupos culturais.
7º ANO	Os movimentos migratórios e suas motivações.	Relacione as migrações e a ocupação do território brasileiro.
8º ANO	A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.	Reconheça e analise os diferentes indicadores demográficos e suas implicações socioespaciais. Compreenda os fatores que influenciam a mobilidade da população e sua distribuição espacial.
9º ANO	A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.	Entenda as relações entre países e regiões no processo de mundialização.
ENSINO MÉDIO	A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.	Compreenda o processo de urbanização considerando as áreas de segregação, os espaços de consumo e de lazer e a ocupação das áreas de risco.
	A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.	Compreenda a espacialização das desigualdades sociais evidenciadas nos indicadores sociais.
	Os movimentos migratórios e suas motivações.	Reconheça o caráter das políticas migratórias internacionais referentes aos fatores de estímulo dos deslocamentos populacionais.

Fonte: Paraná (2008). Org.: os autores.

Dessa forma, com base nos conteúdos selecionados e no modelo didático proposto por Gasparin (2011), proposições didáticas são sugeridas. Primeiramente, há uma explicação geral da aula e em seguida o quadro com a possível estrutura da aula é apresentado.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II (QUADRO 2):

- Série: 6º ano

- Conteúdo básico: A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- Tema: Cultura afro-brasileira
- Quantidade de aulas: 2 aulas.
- Objetivo geral: Compreender como a cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária.
- Objetivos específicos: Compreender o preconceito existente com a cultura afro-brasileira; entender a contribuição da população negra na cultura do país; e identificar os principais locais em que essa cultura se manifesta.

- Tópicos do conteúdo: Silenciamento e preconceito existente com a cultura afro-brasileira; principais regiões do país em que se manifesta cada cultura; influência da cultura africana na constituição da cultura afro-brasileira; apropriação de costumes africanos como a alimentação; música afro-brasileira (samba e maracatu); luta afro-brasileira (capoeira); religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda); e alimentação afro-brasileira (feijoada, sarapatel, acarajé, vatapá e bala de coco).

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II (QUADRO 2):

- Série: 6º ano

- Conteúdo básico: A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.
- Tema: Cultura afro-brasileira
- Quantidade de aulas: 2 aulas.
- Objetivo geral: Compreender como a cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária.
- Objetivos específicos: Compreender o preconceito existente com a cultura afro-brasileira; entender a contribuição da população negra na cultura do país; e identificar os principais locais em que essa cultura se manifesta.

- Tópicos do conteúdo: Silenciamento e preconceito existente com a cultura afro-brasileira; principais regiões do país em que se manifesta cada cultura; influência da cultura africana na constituição da cultura afro-brasileira; apropriação de costumes africanos como a alimentação; música afro-brasileira (samba e maracatu); luta afro-brasileira (capoeira); religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda); e alimentação afro-brasileira (feijoada, sarapatel, acarajé, vatapá e bala de coco).

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II (QUADRO 3):

- Série: 7º ano

- Conteúdo básico: Os movimentos migratórios e suas motivações.
- Tema: O tráfico negreiro.
- Quantidade de aulas: 2 aulas.
- Objetivo geral: Entender como a população negra foi retirada de seus países de origem (africanos) e trazidos a força para o Brasil.

- Objetivos específicos: Compreender que a população negra foi tirada a força de seus países de origem; Reconhecer que os(as) negros(as) viajavam em péssimas condições durante meses e que muitos(as) não chegavam com vida ao destino; Identificar os impactos que a vida dessa população sofria quando chegavam ao Brasil e eram vendidos(as) e escravizados(as).

- Tópicos do conteúdo: trajetos percorridos pelos navios negreiros; influências externas no tráfico negreiro; migração forçada dos(as) africanos(as); aculturação sofrida no Brasil; impactos na formação do Brasil.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II (QUADRO 4):

- Série: 8º ano

- Conteúdo básico: A transformação demográfica, distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.

- Tema: A segregação sócio-espacial e racial da população negra.

- Quantidade de aulas: 3 aulas.

- Objetivo geral: Identificar em quais locais do país a população negra está concentrada e as justificativas para isso.

- Objetivos específicos: Entender os processos históricos e territoriais que explicam a localização da população negra; compreender os desdobramentos das localizações na vida dessa população; perceber que em muitos casos, o local de moradia dos(as) negros(as) não é uma opção, mas sim, resultado de fatores como segregação sócio-espacial e racial.

- Tópicos do conteúdo: segregação sócio-espacial e racial da população negra; áreas de concentração dos(as) negros(as) e processos históricos e territoriais que explicam as localizações; condições de vida vivenciadas nas periferias brasileiras.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II (QUADRO 5):

- Série: 9º ano

- Conteúdo básico: A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.

- Tema: A colonização da África e os impactos nos conflitos territoriais e étnico-culturais do continente.

- Quantidade de aulas: 3 aulas.

- Objetivo geral: Identificar como a colonização da África resultou em diversos conflitos territoriais e étnico-culturais.

- Objetivos específicos: Entender como a partilha da África foi maléfica para os(as) africanos(as); Identificar os conflitos existentes; Perceber a imposição econômica, política, cultural e social dos países colonizadores.

- Tópicos do conteúdo: Colonização e partilha da África; impactos territoriais e étnico-culturais na vida da população africana; conflitos territoriais e étnico-culturais existentes no continente.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO (QUADRO 6):

- Série: 1º ano do ensino médio

- Conteúdo básico: A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente

- Tema: Como a abolição da escravidão estruturou o crescimento das cidades brasileiras.

- Quantidade de aulas: 2 aulas.

- Objetivo geral: Identificar para quais locais das cidades a população negra foi direcionada após a abolição da escravidão e como esse cenário se perpetua até os dias atuais.

- Objetivos específicos: Entender como a população negra foi tratada no processo de desenvolvimento das cidades; Reconhecer que a segregação sócio-espacial não é um fenômeno recente e que está ligado ao racismo; Compreender como essa segregação condiciona a vivência da população negra.

- Tópicos do conteúdo: Desenvolvimento das cidades; segregação sócio-espacial; racismo materializado no espaço geográfico.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 2º ANO DO ENSINO MÉDIO (QUADRO 7):

- Série: 2º ano do ensino médio

- Conteúdo básico: A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população

- Tema: A materialização do racismo no espaço geográfico

- Quantidade de aulas: 2 aulas.

- Objetivo geral: Identificar, por meio das desigualdades socioeconômicas e raciais, como o racismo se manifesta no espaço geográfico

- Objetivos específicos: Entender como as desigualdades socioeconômicas estão diretamente ligadas às desigualdades raciais; Compreender o que é racismo institucional; Perceber como o racismo se manifesta no espaço geográfico.
- Tópicos do conteúdo: Desigualdades socioeconômicas, raciais e espaciais; racismo institucional.

PROPOSIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O 3º ANO DO ENSINO MÉDIO (QUADRO 8):

- Série: 3º ano do ensino médio
- Conteúdo básico: Os movimentos migratórios e suas motivações
- Tema: Imigração de haitianos(as), senegaleses(as) e angolanos(as) para o Brasil
- Quantidade de aulas: 3 aulas.
- Objetivo geral: Identificar as motivações dos(as) imigrantes haitianos(as), senegaleses(as) e angolanos(as) para sua vinda ao Brasil e quais as implicações dessa imigração no espaço geográfico e no mercado de trabalho.
- Objetivos específicos: Investigar as motivações dos(as) imigrantes; Reconhecer as implicações no espaço geográfico (concentração, locais de entrada no país); Identificar em quais empregos atuam; Compreender em quais situações vivem.
- Tópicos do conteúdo: Imigração de haitianos(as), senegaleses(as) e angolanos(as) para o Brasil; Localização das áreas de concentração desses(as) imigrantes; Posições que ocupam no mercado de trabalho; Receptividade brasileira; Situações em que vivem no Brasil.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Inicial do Conteúdo	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Final do Conteúdo
	Problematização	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Compreender como a cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) Quais manifestações culturais afro-brasileiras conhecem? Conhecem pessoas que participam? Sabem como surgiu essa manifestação cultural? b) Desafio: Onde consideram que essa manifestação cultural é predominante?	1) Principais questões: Vocês sabiam que as manifestações culturais africanas foram proibidas até o século XIX? Conhecem o samba e o maracatu? Quais os principais locais em que eles são praticados? Conhecem a capoeira e sabiam que ela foi ressignificada como uma dança para que os(as) escravos(as) pudessem treinar nos engenhos sem levantar suspeitas? Já ouviram falar a respeito do candomblé e da umbanda e de todo o preconceito que essas religiões sofrem? Quem já comeu vatapá, acarajé, sarapatel, bala de coco e feijoada? Sabem como essas comidas surgiram? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: livros, mapas, imagens e vídeos.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender que a população negra tem grande influência na atual configuração da cultura brasileira, que por diversos anos esse povo foi proibido de vivenciar sua cultura devido ao racismo e à escravidão e que ainda hoje, há grande preconceito com algumas manifestações culturais afro-brasileiras. 2) Expressão prática da síntese: Elaborar um texto destacando quais manifestações culturais afro-brasileiras já conhecia e quais conheceu após a aula e destacar o que mais achou interessante no conteúdo apreendido.	1) Intenções do aluno: Repensar a respeito do preconceito existente em relação a população negra e a sua cultura; Perceber que nos apropriamos de diversas manifestações culturais dos(as) negros(as), principalmente na alimentação. 2) Ações do aluno: Pesquisar outras manifestações culturais afro-brasileiras; conversar com outras pessoas a respeito da temática, destacando todo o preconceito existente, em muitos casos, por falta de informação.

Quadro 2 – Proposição pedagógica para o 6º ano do ensino fundamental II

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Inicial do Conteúdo	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Final do Conteúdo
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Entender como a população negra foi retirada de seus países de origem (africanos) e trazidos a força para o Brasil. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) O que vocês sabem a respeito da escravidão? Alguém já ouviu falar em tráfico negro? O que sabem acerca disso? b) Desafio: De que forma a migração forçada impactou na vida da população negra?	1) Principais questões: Como ocorreu a escravidão no Brasil? Como os(as) negros(as) eram tirados de seus países de origem? O que era o tráfico negro? Em que condições os navios negreiros transportavam os(as) negros(as)? Quando chegavam no Brasil, o que acontecia com eles(as)? Quem realizava o tráfico negro? Essa migração forçada impactou de que forma na vida dos(as) negros(as)? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada; leitura de texto. 2) Recursos humanos e materiais: livros, mapas, imagens e vídeos.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender que a população negra foi tirada a força de seus países de origem, que viajavam em péssimas condições sendo que muitos(as) morriam nos trajetos que duravam meses, que quando chegavam ao Brasil eram vendidos(as) e escravizados(as). 2) Expressão prática da síntese: Pesquisar a respeito de personalidades negras que foram importantes na luta contra a escravidão.	1) Intenções do aluno: Entender a perversidade da escravidão e de como os(as) negros(as) foram retirados a força de seu lugar; Repensar a respeito da cultura que foi imposta a esse povo; Compreender os impactos que a escravidão possui na atual configuração da sociedade. 2) Ações do aluno: Pesquisar mais a respeito do assunto; conversar com outras pessoas a respeito da escravidão e de seus malefícios.

Quadro 3 – Proposição pedagógica para o 7º ano do ensino fundamental II

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Inicial do Conteúdo	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Final do Conteúdo
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Identificar em quais locais do país a população negra está concentrada e as justificativas para isso. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) Em quais regiões do país vocês consideram que há mais negros(as)? Por que acham isso? Em quais condições essa população vive? b) Desafio: Quais processos de ocupação do país resultaram na predominância da população negra em determinadas áreas do Brasil?	1) Principais questões: Com base no mapa da segregação racial do Brasil, em que áreas do país a população negra se concentra? Por que há mais negros(as) no Nordeste brasileiro, como foi o processo de ocupação dessa região? Por que há menos negros(as) no Sul e Sudeste, quais foram os processos de ocupação dessas regiões? Na nossa cidade, em quais zonas há mais negros(as)? Se eles se concentram nas periferias, quais impactos sofrem em suas vidas, no que diz respeito à infraestrutura? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: Mapa da segregação racial no Brasil.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender onde a população negra está concentrada no Brasil, em seu estado e em sua cidade e quais impactos a segregação sócio-espacial tem em suas vidas. 2) Expressão prática da síntese: Produzir uma síntese associando a localização da população negra com os aspectos históricos e territoriais do Brasil, além de identificar que desdobramentos os locais de moradia têm na qualidade de vida dessa população.	1) Intenções do aluno: Perceber os desdobramentos que a segregação sócio-espacial tem na vida da população negra. 2) Ações do aluno: Interagir com o Mapa da segregação racial, descobrindo a distribuição espacial da população brasileira em outras regiões.

Quadro 4 – Proposição pedagógica para o 8º ano do ensino fundamental II

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Inicial do Conteúdo	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Final do Conteúdo
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Identificar como a colonização da África resultou em diversos conflitos territoriais e étnico-culturais. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) O que vocês sabem acerca da partilha da África? Já ouviram falar de algum conflito territorial e étnico-cultural no continente? O que a colonização implicou para a intensificação desses conflitos? b) Desafio: Quais os conflitos existentes na África e em quais regiões do continente eles acontecem?	1) Principais questões: Quais países participaram da colonização e partilha da África? O que esses países buscavam no continente? Como a população dos países foi tratada? O que foi imposto a essa população? Quais conflitos territoriais e étnico-culturais foram desencadeados e intensificados? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: livros; mapas; imagens e vídeos.	1) Elaboração teórica da síntese: Entender os malefícios da partilha da África na vida da população do continente. 2) Expressão prática da síntese: Produzir um texto a respeito dos desdobramentos da partilha da África, destacando as imposições culturais.	1) Intenções do aluno: Entender como a colonização e partilha da África resultou nos conflitos territoriais e étnico-culturais existentes no continente. 2) Ações do aluno: Pesquisar a respeito de outros conflitos territoriais e étnico-culturais que existem no mundo.

Quadro 5 – Proposição pedagógica para o 9º ano do ensino fundamental II

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Identificar para quais locais das cidades a população negra foi direcionada após a abolição da escravidão e como esse cenário se perpetua até os dias atuais. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) O que vocês sabem a respeito da escravidão? Quando a escravidão foi abolida, a população negra foi incorporada totalmente na sociedade? O que aconteceu com os(as) negras após a abolição? b) Desafio: Existe igualdade racial e social no país?	1) Principais questões: Como ocorreu a escravidão no Brasil? Após a escravidão, para onde a população negra foi? Essa população foi incorporada totalmente na sociedade? Para quais locais das cidades foram? Possuíam acesso a direitos básicos e de qualidade, como moradia, alimentação, educação e segurança? Quais empregos ocupavam? Essa situação mudou muito nos dias atuais? O que entendem por segregação sócio-espacial? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: livros, dados da composição das periferias brasileiras, imagens e vídeos.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender que os locais de moradia da população negra não foi uma escolha deles(as) e que esse processo condicionou diversas de suas vivências, como emprego e segurança, perpetuando as desigualdades socioeconômicas e raciais. 2) Expressão prática da síntese: Elaborar uma síntese destacando que por quê a segregação sócio-espacial não é um fenômeno recente no Brasil.	1) Intenções do aluno: Compreender as dificuldades vivenciadas pela população negra cotidianamente. 2) Ações do aluno: Pesquisar a respeito da escravidão.

Quadro 6 – Proposição pedagógica para o 1º ano do ensino médio.

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Identificar, por meio das desigualdades socioeconômicas e raciais, como o racismo se manifesta no espaço geográfico. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) Vocês acreditam que vivemos em uma sociedade igualitária? Se sim, por quê? Se não, por quê? Todos(as) temos acesso aos mesmos direitos? b) Desafio: A desigualdade existentes estão ligadas a raça?	1) Principais questões: Vocês consideram que existe racismo no Brasil? Vocês sabiam que no Brasil o racismo é institucional? As desigualdades socioeconômicas estão ligadas as desigualdades raciais? A população negra possui igualdade perante a população negra? O que os dados a respeito da renda, educação, acesso a universidade, sistema prisional, homicídios e violência contra a mulher negra revelam acerca da população negra? Em que locais do espaço geográfico essa população se concentra? Em que aspectos seus locais de moradia influenciam? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: dados socioeconômicos e raciais brasileiros.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender como as desigualdades socioeconômicas estão diretamente ligadas às desigualdades raciais. 2) Expressão prática da síntese: Elaborar um texto relacionando as desigualdades socioeconômicas e raciais.	1) Intenções do aluno: Entender como o racismo institucional é perverso para a população negra. 2) Ações do aluno: Conversar com outras pessoas a respeito do conteúdo apreendido.

Quadro 7 – Proposição pedagógica para o 2º ano do ensino médio

Fonte: elaborado pelos autores.

Prática Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Inicial do Conteúdo	Teoria Zona de Desenvolvimento Imediato			Prática Novo Nível de Desenvolvimento Atual Prática Social Final do Conteúdo
	Problemática	Instrumentalização	Catarse	
1) Listagem do conteúdo e objetivos: Unidade: Identificar as motivações dos(as) imigrantes haitianos(as), senegaleses(as) e angolanos(as) para sua vinda ao Brasil e quais as implicações dessa imigração no espaço geográfico e no mercado de trabalho. 2) Vivência cotidiana do conteúdo: a) Vocês já viram imigrantes haitianos (as), senegaleses(as) ou angolanos(as)? Onde? Estavam trabalhando? Por quê acham que eles(as) vieram para o Brasil? b) Desafio: Esses imigrantes são bem recebidos no Brasil? Sofrem preconceito? Isso está ligado ao racismo institucional brasileiro?	1) Principais questões: Quais os motivos que fizeram aumentar o número de imigrantes haitianos(as), senegaleses(as) e angolanos(as) no Brasil? O que ocorre em seus países de origem que os fazem migrar? Onde se concentram no Brasil? De que forma entram no país? Em que condições vivem? São bem recebidos(as) pelos(as) brasileiros(as)? Sofrem preconceito? 2) Dimensões do conteúdo: científico/conceitual; social; histórica; econômica, política, religiosa e ideológica.	1) Ações docentes e discentes para construção do conhecimento: Aula expositiva e dialogada. 2) Recursos humanos e materiais: mapas; imagens e vídeos.	1) Elaboração teórica da síntese: Compreender que os(as) imigrantes saem de seus países de origem em busca de melhores condições de vida e que nesse processo passam por inúmeras dificuldades que são agravadas em função de sua raça. 2) Expressão prática da síntese: Pesquisar a respeito da imigração em sua cidade, ressaltando se há imigrantes, quem são eles(as), o que fazem e se recebem apoio de alguma instituição.	1) Intenções do aluno: Entender as motivações dos(as) imigrantes, condições de vida no Brasil e desdobramentos no espaço geográfico. 2) Ações do aluno: Pesquisar a respeito de outros grupos de imigrantes que vem para o Brasil e suas motivações.

Quadro 8 – Proposição pedagógica para o 3º ano do ensino médio.

Fonte: elaborado pelos autores.

Por meio dos planos de aula sugeridos, espera-se contribuir para que os(as) professores(as) de Geografia compreendam como a questão racial pode ser discutida nas aulas da disciplina. É importante salientar, que o(a) professor(a) precisa considerar o contexto educacional em que está inserido e se necessário, adequar os planos à sua realidade.

CONCLUSÃO

O racismo sempre estruturou a vida da população negra, condicionando suas vivências e espacialidades. Quando se reflete a respeito do racismo na educação, é notável que a população negra historicamente foi excluída dos processos de ensino e de aprendizagem, aprofundando as desigualdades socioeconômicas e raciais. Infelizmente, a temática racial é pouco abordada em sala de aula, a discriminação racial é legitimada pela própria escola, os(as) estudantes negros(as) não se reconhecem nos conteúdos, o reconhecimento da identidade negra é pouco incentivada e em alguns momentos, discursos repletos preconceitos são disseminados.

Considerando as potencialidades na educação na superação do racismo, é fundamental a construção de um imaginário positivo a respeito da população negra e a discussão racial em sala de aula, que não reforce discursos e ações racistas. A partir disso, os(as) estudantes podem assumir posições críticas em relação ao tema, compreender o quão maléfico o racismo é para a população negra, os(as) estudantes negros(as) terão orgulho de seu povo e assumirão suas identidades e a população negra será respeitada e reconhecida por suas contribuições.

As proposições didáticas apresentadas ofereceram caminhos a respeito de como a Lei 10.639/03 pode ser abordada em sala de aula, sendo importante salientar que há outras formas de discutir a temática com os(as) estudantes e o(a) professor(a) precisa adaptar as proposições de acordo com o seu contexto escolar e com o conteúdo que está sendo trabalhado.

Portanto, a cada dia o debate racial se mostra mais urgente e o ensino de Geografia pode contribuir de forma significativa nessa discussão, permitindo aos(as) estudantes a compreensão de como o racismo se materializa no espaço geográfico, restringindo as espacialidades da população negra e demonstrando que essa segregação não é uma opção, mas resultado de um processo amplo ligado ao poder e ao racismo institucional.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África, a educação e a Geografia. In: BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005b, p. 167-184.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, Brasília, 2003.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino. In: _____. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998, p. 87-136.
- CRUZ, Mariléria dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeresu (Org.). **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-34.
- D’AVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 5 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.
- OLIVEIRA, Leyla Beatriz de Sá; CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. A importância da lei federal nº. 10.639/03. **África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 16/17, p. 1-6, fev./maio 2012.
- SANT’ANA, Antonio Olimpio. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-67.